

O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO CONTEXTO DA INTENSIFICAÇÃO DO AJUSTE FISCAL BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2015 A 2020

PUBLIC HIGHER EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE INTENSIFICATION OF THE
BRAZILIAN FISCAL ADJUSTMENT IN THE PERIOD FROM 2015 TO 2020

Adaíres Eliane Dantas dos Santos¹
<https://orcid.org/0000-0001-5062-0062>

Terçalia Suassuna Vaz Lira²
<https://orcid.org/0000-0003-3852-0258>

Resumo:

Este artigo construído através de pesquisa documental e bibliográfica compreende o atual processo de desmonte do ensino superior público como reflexo da crise capitalista, que encontra particularidades no contexto da economia dependente brasileira e no conservadorismo instaurado no país nos últimos anos. Evidenciamos que para enfrentar a crise, o Estado vem intensificando as medidas de ajuste fiscal com a finalidade de diminuir o gasto público e direcionar maiores reservas do fundo público para o capital. Esse processo vem ocorrendo via expropriações de direitos, que têm levado a revogação das garantias constitucionais, cortes orçamentários e privatizações de serviços públicos. Nas universidades públicas esse movimento se manifesta através de restrições no orçamento do ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil e de medidas e projetos que tencionam a autonomia universitária.

Palavras-chave: crise capitalista; ajuste fiscal; ensino superior público.

Abstract:

This article constructed through documentary and bibliographic research comprises the current process of dismantling public higher education as a reflection of the capitalist crisis, which has its particularities in the context of the Brazilian dependent economy and in the conservatism established in the country in recent years. We show that to face the crisis, the State has been intensifying fiscal adjustment measures to reduce public spending and direct greater reserves from the public fund to capital. This process has been taking place through the expropriation of rights that have led to the repeal of constitutional guarantees, financial cutbacks and privatizations of public services. In public universities, this movement is manifested through

¹ Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² Graduada, Mestre e Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

restrictions in the budget of teaching, research, extension and student assistance and policies and projects that intend university autonomy.

Keywords: capitalist crisis; fiscal adjustment; public higher education.

INTRODUÇÃO

Dentro do contexto de economia periférica dependente, a política de educação no Brasil foi estruturada de acordo com os ânimos e as necessidades de expansão e acumulação do capital externo. No que compete ao ensino superior, embora este tenha se organizado de forma tardia e preservado os interesses da elite colonial, no novo milênio, diante de uma inflexão do neoliberalismo compreendida como social liberalismo, o país vivenciou um aparente processo de expansão da educação superior e democratização do ingresso, sobretudo nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), impulsionado pelo advento de políticas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007 e a Lei de Cotas em 2012.

Este processo, embora relativamente pequeno quando comparado ao investimento público para expansão do ensino privado através do Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI),³ trouxe alterações significativas para o ensino superior público com a ampliação do quantitativo de vagas, universidades e mudança no perfil socioeconômico dos discentes, segundo dados do Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários - FONAPRACE (2019).⁴

No entanto, esse curto período de investimento e expansão do ensino superior público encontra seus limites na conjuntura da crise econômica e política que rebatem no Brasil a partir de 2015 e nas apostas do Estado para superá-la através do recrudescimento do neoliberalismo e endurecimento da política de ajuste fiscal. Desde então, a educação pública, em especial a superior, vivencia um processo de asfixia contra seu orçamento, que compromete as atividades ensino, pesquisa, extensão, e até mesmo a permanência dos alunos nas universidades devido a extensão dos cortes nos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Esse cenário adverso de restrição orçamentária encontra particularidades após os resultados das eleições presidenciais de 2018, cenário em que ultraliberalismo se unem ao conservadorismo e às teorias negacionistas que trazem rebatimentos específicos para a política de educação.

³Segundo dados disponibilizados pelo censo da educação superior de 2018, no Brasil existem 2.537 Instituições de Ensino Superior (IES). Desse total, cerca de 2.238 (82,2%) se concentram na rede privada; 1.929 do universo de instituições particulares tem o status de faculdades. No período de 2008 a 2018, 75,5% das matrículas em cursos de graduação ocorreram em IES particulares e apenas 24,6% em IES públicas (INEP, 2018). O crescimento de matrículas no setor privado pode ser explicado pela expansão do crédito estudantil através do FIES, que em 2014 atingiu a marca de 732.493 mil novos contratos de financiamento, gerando para o Estado um custo de 12 bilhões de reais com o programa

⁴Dados do FONAPRACE (2019) registram um crescimento de 260% do número de vagas no ensino superior federal, no período de 2003 a 2017, e a criação de 18 novas IFES entre 2005 e 2017. Ainda de acordo com esses dados, 70,2% dos estudantes das IFES têm uma renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio, 51,2% são declarados de etnia negra ou parda e 64,7% cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas

AJUSTE FISCAL E EXPROPRIAÇÕES DE DIREITOS: O RECEITUÁRIO PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE NO BRASIL

Meszáros (2011) evidencia que as crises econômicas são endêmicas à estrutura do capitalismo, fazem parte do seu ciclo de reprodução. Este autor destaca que o capitalismo, em sua processualidade histórica, vivencia uma crise estrutural. Não se trata de uma recessão econômica, com tempos mais ou menos definidos, conforme observada em outros períodos, mas de uma crise do próprio sistema, que expressa a falta de controle sociometabólico do capitalismo no seu movimento de reprodução. A grande crise econômica da década de 1970 tem sido apontada como o marco desse processo. Após esta, o capital assume um caráter global e se reinventa sob a égide das finanças. Substitui os padrões de acumulação vigentes, instituindo novas relações e organizações do trabalho.

Embora o capitalismo tenha se reconfigurado, as recessões econômicas na atualidade permanecem associadas à superacumulação de capital, seja produtivo, financeiro ou fictício.

O ano de 2008 é marcado por uma crise econômica de vinculação com o capital financeiro, detonada no setor imobiliário dos Estados Unidos pela expansão descontrolada do crédito imobiliário. Na era da mundialização do capital, a crise se alastra rapidamente entre os países centrais, contudo, seus efeitos são retardados na periferia do mundo.

No Brasil, o Governo tentou contornar as inflexões da crise mediante o investimento na política de exportação, com altas nas *commodities* para abastecimentos dos mercados em crise. Estratégia aliada ao desenvolvimento de uma política interna de socorro ao capital instalado no país, através de ações de desoneração tributária, incentivo ao crédito, estímulo ao consumo pelas massas e investimento em programas sociais de alívio da pobreza. Esse receituário driblou os efeitos imediatos da recessão. No entanto, frente ao prolongamento da crise mundial, numa economia conectada e globalizada e com fortes laços de dependência do capital externo, essa política mostrou seus limites com a ampliação dos déficits fiscais e o superendividamento das famílias (CARCANHOLO, 2018).

A economia brasileira entra em declínio. Esse processo é intensificado frente à crise política e perda de popularidade dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que têm parte de seus membros envolvidos em escândalos de corrupção. O Capital (interno e externo) passa a reivindicar medidas de Estado, que proporcionem a recuperação de suas taxas de lucro. Dilma Rousseff vence as eleições de 2014, com o desafio de lidar com um cenário mundial em crise e consequentemente com uma burguesia insatisfeita. A então presidenta precisa contornar os conflitos internos, marcados por um Congresso de oposição e avanço de forças conservadoras, que expunham o ódio de classe através do apoio midiático. Essas são as bases de consolidação para o golpe político de novo tipo em 2016 (DEMIER, 2017).

O recrudescimento do neoliberalismo é visualizado anteriormente ao golpe. O prolongamento da crise em escalas mundiais e a posição periférica do Brasil na economia globalizada exigiam reformas ortodoxas, que mostravam a incompatibilidade de permanência da política social liberal e do pacto de conciliação de classes instauradas nos anos anteriores. As medidas de ajuste fiscal foram endossadas e potencializadas ainda no governo Dilma, no qual

foram editados decretos e executadas reformas regressivas de direitos na legislação, acompanhadas de cortes no orçamento das políticas públicas em atendimento aos interesses capitalistas de redução do gasto do Estado para redirecionamento das maiores reservas do fundo público ao capital.⁵

Paralelo às reformas protagonizadas pela presidenta, nos bastidores do golpe, partidos políticos se empenhavam na edição de projetos que reforçavam e reivindicam uma política mais dura de ajuste fiscal. Nesse contexto, foi apresentado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em outubro de 2015, o documento “Uma Ponte Para o Futuro”, o qual defende uma série de medidas austeras, associadas à perda de direitos trabalhistas e das garantias constitucionais, como estratégias para retomada do crescimento econômico.

No projeto “Uma Ponte para o Futuro”, há uma explícita intenção de resguardar os interesses da burguesia e salvar o capital às custas da penalização da classe trabalhadora. O documento aponta a necessidade de reformas previdenciárias e da revogação dos dispositivos firmados no pacto social de 1988, que através de vinculações constitucionais impõe ao Estado percentuais mínimos de investimento em políticas essenciais como saúde e educação:

É necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada (PMDB, 2015, p. 9).

As reformas a serem orquestradas exigiam decisão política e uma ação forte e articulada, conforme anunciava o documento “Uma Ponte Para o Futuro”. Embora o governo Dilma viesse protagonizando as reformas, pareciam não estarem na velocidade e na agressividade que o capital exigia. Para Carcanholo (2018, p.48), “a nova rodada de reformas estruturais pró-mercado implica novas privatizações e faz toda a diferença quem controla o bloco de poder no governo para direcionar essas privatizações para grupos próximos a quem está nesse controle”.

O golpe político midiático ⁶foi executado, sendo possível observar nos meses seguintes a sua funcionalidade aos interesses capitalistas. As reformas preconizadas no projeto “Uma Ponte

⁵No ajuste fiscal do Governo Dilma, destacaram-se os decretos que contingenciaram o gasto administrativo, diminuindo os recursos para saúde e educação; a suspensão de concursos públicos não autorizados pelo Ministério do Planejamento até outubro de 2015; a reforma ministerial acompanhada da extinção e fusão de algumas pastas; a reforma na previdência social, com alteração das regras para concessão de aposentadoria e pensões; e a tentativa de prorrogação, até 2019, acompanhada da proposta de aumento de 20% para 30% da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

⁶Dilma Rousseff sofreu impeachment em 31/08/2019, com acusação de crime de responsabilidade fiscal por desrespeito à lei orçamentária e à lei de responsabilidade fiscal. Segundo a denúncia, foi ordenada a edição de créditos suplementares sem a autorização do Senado, bem como foi realizada operação de crédito com instituição financeira controlada pela União. Contudo, Gomes (2016, p. 41) argumenta que “as pedaladas fiscais não passam de manobras fiscais que, por mais que sejam uma anomalia, não está prevista na constituição como passíveis de crime”. Desse modo, chama atenção que, dois dias após o término do processo de impeachment, foi sancionada a lei 13.332/2016, autorizando a mesma prática que antes condenou Dilma Rousseff ao impeachment. Dessa forma, concordamos com a literatura crítica de autores como Demier (2017), que define o impeachment como um golpe de novo tipo político midiático, que ganhou força frente aos efeitos retardatários no Brasil, da depressão econômica mundial de 2008; o desgaste político da presidenta com o congresso nacional (maioria de oposição ao Governo); as denúncias de corrupção que envolviam membros do PT; e o ressurgimento exacerbado do conservadorismo e liberalismo, apoiados pela mídia, utilizando-se do falso discurso de combate à corrupção. O golpe foi, portanto, orquestrado pelo congresso, vice-presidente, mídia e burguesia brasileira. O que motivou esses grupos a pedirem o impeachment foi a não aceitação do resultado das eleições de 2014, já que o principal opositor da presidenta no

Para o Futuro” foram articuladas e, algumas, aprovadas ainda sob a gestão de Michel Temer, das quais destacamos a Emenda Constitucional (EC) 95 de 15/12/2016, que congela os investimentos primários do setor público por 20 anos, inclusive em políticas com vinculação constitucional como saúde e educação.

A partir da EC 95/2016, o orçamento público para financiamento das mais diversas políticas terão como referência os gastos do ano de 2017. Por mais que a economia volte a crescer, os investimentos públicos estão limitados a serem reajustados apenas pelo índice de inflação. Isso compromete o futuro das próximas gerações, mostrando o descaso do Governo com a sociedade e abortando qualquer possibilidade de desenvolvimento do país, via supressão dos direitos sociais para salvar o grande capital, especialmente o portador de juros. Os especuladores financeiros não apenas foram poupados, como são também, os grandes beneficiados da EC 95, pois o congelamento dos gastos foi restrito às despesas primárias (BEHRING, 2019).

O novo regime fiscal instaurado a partir da EC 95 promove uma maior sobra do orçamento público e o redireciona para a reprodução do capital financeiro, através da garantia de pagamento e manutenção de elevadas taxas de juros da dívida pública.

Lupatini (2012) destaca que a dívida pública é um dos espaços de valorização capitalista, que tem se configurado como uma das saídas do capital para sua recuperação financeira desde a crise de 1970. Para tanto, o Estado escamoteia recursos que garantam os pagamentos dos juros da dívida e a atuação do capital financeiro. Essa mobilização para redirecionamento dos recursos públicos a favor do capitalismo explica as contrarreformas no aparelho estatal, realizada via supressão dos direitos sociais. E assim, o fundo público revela sua importância para reprodução do capitalismo.

Para Behring (2018), o fundo público é o conjunto de recursos que o Estado mobiliza através da arrecadação de impostos e tributos, os quais incidem em toda a sociedade de forma direta e indireta. Ele conta com as contribuições dos trabalhadores e do capital através da tributação direta, sendo que sobre os trabalhadores há também incidência na mais valia e, portanto, a apropriação do trabalho excedente. O restante da sociedade financia o fundo público via taxação indireta de mercadorias e serviços que recaem no consumo e acesso a serviços elementares.

Salvador (2012, p.127) destaca que a “expressão mais visível do fundo público é o orçamento público”, o qual pode ser interpretado como o montante de recurso financeiro que o Estado disponibiliza para gestão dos serviços públicos. No entanto, o autor nos atenta que para além de uma peça contábil o orçamento público é um campo que reflete a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação do fundo público. Portanto, o orçamento é uma peça de cunho político que tende a ser direcionado para atender aos interesses da classe hegemônica.

pleito eleitoral foi derrotado com uma diferença mínima de votos, a contenção do avanço da operação lava jato e a substituição da presidenta por um dirigente que executasse um projeto mais austero e em maior alinhamento com interesses capitalistas, diante da crise política econômica.

A classe trabalhadora reivindica o orçamento público através da ampliação de direitos e financiamento de políticas sociais; já o capital, por sua vez, utiliza-se do orçamento público via pagamentos e amortização dos juros da dívida pública, das deduções e renúncias fiscais e do investimento público em infraestrutura e serviços que aumentam as escalas de produção e reprodução capitalista. Em tempos de crise, observa-se o acirramento das disputas em torno do fundo público e uma reorientação do Estado, de forma a beneficiar, ainda mais, o capital no processo de recuperação de suas taxas de lucros. Logo, os direitos sociais são suprimidos visando o enxugamento do gasto social e maior sobra dos recursos públicos redirecionados para o capital, que também ganha novos espaços de valorização com a mercantilização de serviços, que deixam de ser ofertados pelo Estado e são comprados no mercado. Trata-se de uma expropriação de direito da sociedade a favor do capital. Todo esse processo ocorre via política de ajuste fiscal (BOSHETTI, 2018).

OS REFLEXOS DO AJUSTE FISCAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os primeiros sinais de asfixia no ensino superior se dão ainda sob a gestão Dilma Rousseff, quando em 2015, o Ministério da Educação (MEC) sofre diminuição de orçamento frente à política de ajuste fiscal do Governo. Entretanto, as medidas mais agressivas são executadas após o golpe político de 2016 e a aprovação da EC 95/2016.

Na educação, a EC 95/2016 revoga na prática o Artigo 12 da Constituição Federal (CF) de 1988, o qual prevê investimentos pela União, de no mínimo 18% da arrecadação de receitas e impostos nessa política. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 também são comprometidas, principalmente as que anunciam investimentos de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação até 2019, com previsão de atingir 10% em 2024.

Rossi e Dweck (2016) destacam que o Brasil foi o único país do mundo, que estruturou um ajuste fiscal através de uma EC. Nas análises dos autores, o Decreto parecia ser suficiente para a institucionalidade de um novo teto de gastos. No entanto, a prioridade foi por uma EC por razões claras: desvincular os percentuais mínimos de investimento do PIB nas políticas de saúde e educação, assegurados pela CF de 1988.

Rossi e Dweck (2016) se empenham em apresentar projeções para as políticas de educação e saúde nos próximos anos, revelando os efeitos nefastos da EC 95/2016 para o país. No tocante às políticas educacionais, a simulação desenvolvida pelos referidos autores revela um cenário preocupante para educação, com declínio sequencial de seu orçamento, o qual seria de 14,4% das receitas correntes líquidas em 2026 e 11,3% em 2036. Esses valores, além de estarem abaixo do que garante a CF de 1988 (mínimo de 18% das receitas correntes líquidas), não acompanharão o crescimento populacional do país.

Neste contexto de crise capitalista, recrudescimento do neoliberalismo e ajuste fiscal, o Banco Mundial (BM), articulador das políticas educacionais para periferia do mundo desde a década de 1980, reassume a ortodoxa retórica neoliberal e volta a ordenar as reformas para privatização do ensino superior público.

Em novembro de 2017, o Governo Federal apresenta à sociedade o documento “Um Ajuste Justo”. Trata-se de um relatório elaborado pelo BM, que, ao fazer uma revisão das

despesas públicas do Brasil nos últimos anos, traz várias recomendações de ajuste fiscal, apoiadas no discurso de recuperação das contas públicas e diminuição do déficit do Estado.

O documento dedica várias páginas a avaliar a situação da educação superior, destacando a sua onerosidade para o Estado e conseqüentemente montando a defesa de um projeto privatizante para as universidades públicas brasileiras. Aponta que o gasto com o ensino superior é regressivo, alegando que o custo de um estudante em uma universidade pública é muito elevado se comparado ao de uma instituição privada. Evidencia os dispêndios do Estado com pagamento de salários para os docentes com carreiras “privilegiadas”. Ressalta ainda que as universidades públicas do país tendem a ser majoritariamente ocupadas por alunos de famílias ricas, com evidência em dados de 2002. Ainda justifica os melhores rendimentos dos estudantes das universidades públicas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD) em detrimento dos discentes das redes particulares, a partir do argumento de que o público dessas primeiras instituições é de camadas sociais favorecidas e, portanto, tiveram uma formação primária e secundária em escolas privadas que lhe deram condições de obterem melhores notas na avaliação do ENAD.

É necessário desconstruir os argumentos em que se estrutura a narrativa de “Um Ajuste Justo”. O custo de um aluno nas universidades públicas de fato é superior ao de uma instituição privada, pois há um maior investimento na sua formação. Entretanto, o documento não se esforça em explicar que isso ocorre diante das especificidades das instituições públicas, as quais necessitam de maiores recursos orçamentários, porque estão alicerçadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão, sendo as principais produtoras de pesquisa no país, as quais têm alavancado o desenvolvimento da ciência e tecnologia; e o capital, diga-se de passagem, muito tem se beneficiado desse processo.

Ao endossar a narrativa das universidades enquanto um espaço de privilegiados, os redatores do documento do BM negam a política de expansão e democratização do ingresso no ensino superior, que teve como marcadores o REUNI e a Lei de Cotas, promulgados respectivamente em 2007 e 2012. O relatório se utiliza propositalmente de dados desatualizados (2002), que revelam um perfil elitista do ensino superior público, quando tinha a disponibilidade de acesso a pesquisas mais recentes, inclusive a do FONAPRACE (2016), que desde 2014 já revelava as mudanças no perfil dos estudantes das IFES, com a expressa maioria de alunos oriundos de classes sociais baixas.

As justificativas para diferenças de notas de desempenho no ENAD entre alunos de universidades públicas e privadas caem por água abaixo, quando se verifica que o período analisado foi entre 2013-2015, época em que a política de democratização do ingresso nas IFES já estava consolidada através da Lei de Cotas. Portanto, os melhores desempenhos dos estudantes das instituições de ensino superior público não podem ser explicados com base na possível formação básica na rede privada, da maioria do corpo discente das universidades públicas, pois essa já não era a realidade nesse período. Recorremos, mais uma vez, aos dados da pesquisa FONAPRACE (2016), que revela que 64,53% dos estudantes que ingressaram nas IFES de 2013 a 2015 eram oriundos da rede básica de ensino público.

O relatório do BM traz um receituário de ações para diminuir o gasto do Estado e reordenar as contas públicas aos interesses do grande capital. As políticas públicas são apresentadas como onerosas, ineficientes e responsáveis pelo déficit fiscal do Estado. No que se refere à educação superior, observa-se no documento uma análise com claras intenções de desmonte das universidades públicas e forte apelo para seu redirecionamento ao mercado, através de sucessivas comparações entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, baseadas apenas em cifras orçamentárias, em que não são consideradas questões relacionadas à qualidade do ensino e o retorno desse investimento para sociedade, através do desenvolvimento humano e em ciência e tecnologia. Revestido de um falso discurso de justiça social, o relatório traz explícitas recomendações para a privatização do ensino superior público brasileiro:

Os gastos públicos com ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas, o superior, são altamente regressivos. Isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidade em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento para o ensino superior (PROGRAMA FIES) (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

Evidencia-se que as reformas regressivas de direitos promulgadas na realidade brasileira, sobretudo após a golpe político de 2016, estão em perfeito alinhamento com as diretrizes do documento “Uma Ponte Para o Futuro” e as recomendações do BM, reunidas em “Um Ajuste Justo”. O resultado das eleições presidenciais de 2018 abriram as margens para a intensificação desse processo e a continuidade das reformas antidemocráticas, que Temer não conseguiu concretizar em virtude do pouco tempo de mandato e da instabilidade política de seu governo.

AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO BOLSONARO

Em 2019, chega à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, num processo de reativação das forças mais conservadoras e liberais da sociedade brasileira. Sua companhia foi montada com promessas de reformas estruturais que dessem mais protagonismo ao capital. Isso implica em maior abertura dos mercados, acompanhada da desnacionalização da economia, privatizações e revogações de direitos trabalhistas e sociais. É a continuidade da política ortodoxa de Temer, mas revestida por algumas particularidades.

Além de ultraliberal, o governo de Bolsonaro se baseia no fundamentalismo religioso e na influência do astrólogo e terraplanista Olavo de Carvalho. Essa composição que alicerça o novo governo tem disseminado suas ideias, sobretudo no campo educacional. Os projetos para políticas de educação assumem um viés liberal e conservador. Ao mesmo passo que o novo presidente e sua cúpula se esforçam para desmontar a educação pública via cortes orçamentários e revogar leis e direitos, como a recente proposta que tentou adiar a renovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) de 2021 para 2022 e mudar suas regras, empenham-se em desqualificar a educação brasileira, especialmente as universidades públicas. Nesse cenário, há um confronto às ciências, sustentados por teorias negacionistas, que tentam esvaziar o conhecimento. E também predomina uma perseguição à razão crítica, denominada pela base olavista do governo de “marxismo cultural”. Na direção contrária, florescem as propostas da “Escola sem Partido” (PL 246/2019), de regularidade e direito ao exercício do

ensino domiciliar (PL 2401/2019) e repúdio aos conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos do ensino básico.

Nessa conjuntura, a situação da educação pública se agravou. Desde que chegou à presidência, Bolsonaro tem executado ações que tencionam a educação pública, em especial a superior. Através do Decreto nº 9.741 de 29/04/2019, promulgado sob a justificativa de adequar as contas da União à lei de responsabilidade fiscal, o Governo diminuiu 30% do orçamento das IFES, com despesas não obrigatórias. O corte orçamentário foi extensivo ao Ministério da Ciência e Tecnologia e acompanhado da redução de 6.198 bolsas para pesquisas de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (OLIVEIRA, 2019).

Em 30/07/2019, os noticiários são estampados com anúncio de novos cortes na casa de R\$ 1,44 bilhão no orçamento da União, dos quais, R\$ 348,47 milhões, o equivalente a 24% do montante, foi direcionado à política de educação (OLIVEIRA; MANZANO, 2019), que mais uma vez não foi poupada, mesmo diante dos movimentos contestatórios que tomaram as ruas do país em maio de 2019.

Só em 18 de outubro de 2019, quase seis meses depois do bloqueio dos recursos para educação superior e após a instauração de um quadro caótico, que comprometia o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisas e extensão, acompanhado pela dificuldade de manutenção das contas e pagamento com despesas das Universidades e Institutos Federais, o MEC anuncia repentinamente o descontingenciamento do orçamento, dando às IFES do país o desafio de empenhar seus orçamentos e programar suas ações em um curto período.

Aliado aos cortes orçamentários, o Governo Federal apresentou em 17/07/2019 o projeto “Future-se”. Estruturado nos eixos de: 1. gestão e empreendedorismo; 2. pesquisa e inovação; e 3. Internacionalização. O projeto traz uma direção mercadológica para as universidades, que vai de encontro com seu viés de responsabilidade social, desobrigando também o Estado das funções de promoção e financiamento da educação pública. O “Future-se” propõe autonomia financeira para as IFES, o que é diferente de gestão financeira. A sugestão é que essas instituições intensifiquem ações de empreendedorismo como forma de captar seus próprios recursos orçamentários, oferecendo como possibilidades parceria com empresas privadas para o financiamento de pesquisas.

Leher (2019) chama atenção para os riscos que o “Future-se” representa para a perda da autonomia universitária e a refuncionalização das universidades ao capital. Riscos esses agravados pelas características do capitalismo dependente do Brasil. O autor destaca que, diferentemente do que ocorre nos países centrais, as indústrias brasileiras, com exceção de poucas estatais, não dispõem de laboratórios de ciência e tecnologia. O capital produtivo do país utiliza-se, em sua grande maioria, dos laboratórios e pesquisas das universidades públicas através do firmamento de parcerias, que a legislação favorece desde a reforma universitária de 1968. O que Leher (2019) destaca em sua análise é que, a partir do momento em que as universidades perderem sua autonomia e seu orçamento público, ficarão inteiramente subordinadas aos interesses do mercado. Com isso, se desvincularão totalmente de sua função social, podendo ser utilizadas pelo capital para legitimar ações contrárias às necessidades sociais e ambientais, a

exemplo da liberação de agrotóxico, da exploração de minério em céu aberto, do uso descontrolado de rios e mananciais para atividades produtivas e devastação de florestas para aumento dos pastos, dentre outros exemplos destacados pelo referido autor. Dependendo do grau de subordinação das universidades ao grande capital, essas ações podem ganhar “validade científica” e aceitação social mediante o reconhecimento das universidades enquanto instituições produtoras de conhecimento. Nessa perspectiva, é evidenciado o perigo da perda da autonomia universitária e, conseqüentemente, de sua gestão por organizações sociais, conforme preconiza o “Future-se”, em substituição ao modelo de representatividade por escolha democrática da maioria da comunidade acadêmica, o qual vigora hoje.

O “Future-se” ainda é uma proposta em curso, mas que expressa bem as recomendações do BM na perspectiva de privatização das universidades públicas. O projeto foi disponibilizado para consulta pública, as respostas serão analisadas pelo MEC, que poderá fazer alterações no programa para posteriormente tramitá-lo através de um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Porém, se aprovado, as universidades públicas do país estarão condenadas ao declínio e ao fracasso. A sobrevivência dos cursos estará sujeita aos interesses do capital. As relações de trabalho serão precarizadas de forma que os concursos públicos tendem a ser substituídos por contratos temporários de trabalho, cuja remuneração dos docentes estará associada à sua produtividade. As gestões das universidades deixarão de ser democráticas e autônomas para ficar a cargo das organizações sociais.

É bem verdade que a proposta do “Future-se”, embora não esquecida, tem perdido fôlego diante dos conflitos internos e externos que tencionam o governo Bolsonaro. A comunidade acadêmica já expressou oposição ao projeto nas mobilizações societárias de agosto de 2019, convocadas por estudantes, professores e técnicos administrativos das universidades, institutos e escolas públicas de todo país. Além disso, o Governo, sob a influência de Paulo Guedes (ministro da economia), tem demonstrado prioridade em executar as medidas que promovam a redução imediata do gasto público e a almejada estabilidade econômica. Nesse sentido, concentrou esforços no Congresso Nacional para aprovar a reforma da previdência, sancionada em 08/11/2019 e atualmente se mobiliza para aprovar a reforma administrativa, a qual foi recebida pelo Congresso, em setembro de 2019, como proposta de EC. Paralelo a esse cenário, o avanço da pandemia da COVID-19 no Brasil, com a notificação dos primeiros casos em março de 2020, tem reivindicado, por parte da sociedade, mídias e demais instituições nacionais e internacionais que o Estado direcione suas ações para o enfrentamento a essa questão, que instaurou um quadro de calamidade pública no país. Esse conjunto de fatores tem deixado o “Future-se” para segundo plano. Não há contexto político favorável para avanço dessa discussão. O que contribui para esse processo também é a instabilidade e sucessivas crises que tencionam o MEC. Em pouco mais de 2 anos da gestão Bolsonaro, o referido Ministério já teve a pasta ligada a pelo menos quatro nomes diferentes: Ricardo Vélez (01/01/2019 a 08/04/2019), Abrahan Weintraub (08/04/2019 a 19/06/2020), Carlos Alberto Decotelli (25/06/2020 a 30/06/2020) e Milton Ribeiro (16/07/2020).

Se o “Future-se” não foi executado no tempo previsto, o plano de desmonte das universidades federais ocorre por outras vias. Em 11/04/2019, o Governo promulgou o Decreto nº 9754/2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, prejudicando as áreas administrativas das IFES e

redirecionando serviços para o mercado através das terceirizações. Como dispositivos que ferem de forma mais direta a autonomia universitária, o presidente publicou o Decreto nº 9.794 de 15/05/2019, que estabelece em seus artigos que a nomeação para cargos em comissão e confiança nas unidades de ensino federal deve ser precedida de análise pelo Governo Federal, intuindo para tanto o Sistema Integrado de Nomeação e Consulta. Em 24/12/2019, foi a vez de edição da Medida Provisória (MP) nº 914, a qual dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. A referida MP institui a perda da paridade dos votos entre docentes, técnicos administrativos e estudantes, bem como condiciona a nomeação do reitor ao crivo do presidente. A MP mantém como etapa obrigatória do processo de escolha de dirigentes das instituições federais a consulta pública realizada junto à comunidade acadêmica e determina que, ao final desse processo, deve ser encaminhado ao Planalto uma lista tríplice com os três nomes mais votados, estando facultado ao presidente escolher o primeiro lugar da lista.

O processo de escolha de dirigentes das instituições federais era normatizado pela Lei nº 9.129/1995, que já instituiu que os reitores seriam nomeados pelo presidente da República, após definição dos nomes em lista tríplice organizada pelos colegiados das universidades e instituições federais. Entretanto, desde o governo Lula da Silva, mantinha-se a tradição de empregar o primeiro colocado da referida lista como forma de resguardar a autonomia universitária e respeitar os resultados das consultas internas realizadas nas universidades e institutos federais. Todavia, até dezembro de 2020, Bolsonaro já tinha ignorado o resultado de pelo menos 19 eleições de reitorados nas IFES (GIOVANAZ, 2020). Em muitos dos casos, o presidente não indicou o primeiro colocado da lista tríplice, o que já fere a escolha majoritária da comunidade acadêmica. No entanto, em outras situações, o reitor foi nomeado por indicação do presidente sem sequer ter concorrido às eleições internas (essa brecha foi possibilitada com a MP 914/2020, que institui a figura do reitor pro tempore).

A legislação possibilita que o Presidente da República indique quaisquer um dos três nomes da lista tríplice. Se juridicamente tal prática não é ilegal, sobressai os entendimentos que a interpretam como um ato antidemocrático, por se caracterizar como afronta à vontade soberana da comunidade acadêmica; o que tenciona os pilares da democracia e autonomia universitária.

As investidas do Governo contra a educação superior se fazem a partir de frentes ideológicas e liberais. Dentre as muitas acusações que pesam contra as universidades públicas, é consenso entre liberais, conservadores e fundamentalistas religiosos que elas são improdutivas e gastam demais. Contudo, diante da crise sanitária que se instaurou no país em decorrência da pandemia do COVID-19, as universidades públicas de todas as regiões brasileiras têm desconstruído essa falácia e revelado sua importância enquanto patrimônio da sociedade. Apesar dos gargalos contra a ciência, foi dada uma amostra do potencial das instituições de ensino público e de seus pesquisadores, com notórios projetos nas mais diversas áreas de conhecimento para enfrentamento da pandemia.

A contribuição das universidades públicas para enfrentamento da crise sanitária inicia-se com projeção de cenários epidemiológicos; mapeamento genético do vírus, estratégias de prevenção e ações de orientação voltadas à comunidade; desenvolvimento de aplicativos que

facilitam a notificação e monitoramento dos casos de COVID-19; testagem rápida para sociedade; produção e distribuição de equipamento de proteção individual (EPI) e álcool em gel para trabalhadores de serviços essenciais. Destacando-se ainda projetos mais complexos na área de biotecnologia, dos quais são exemplos os vários protótipos de respiradores artificiais com baixo custo de fabricação. Essas ações foram de grande relevância num cenário em que a produção de respiradores, EPIs e testes rápidos estavam monopolizados para atendimento aos mercados centrais. Não podemos esquecer de citar a colaboração das universidades brasileiras com universidades e laboratórios internacionais para descoberta de vacinas imunizadoras, em que o Brasil participou ativamente no desenvolvimento das pesquisas mais avançadas do mundo, revelando potencial para produção dos medicamentos em instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan.

Cabe destacar que o esforço das universidades para enfrentamento à COVID-19 está sendo executado sem a reversão dos sucessivos cortes orçamentários que vêm sendo executados no âmbito do MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia desde 2015. Leher (2019, p. 87) apoiado em estudo da Academia Brasileira de Ciência nos dá uma amostra do desfinanciamento público das pesquisas, destacando que “em 2005, o orçamento executado para pesquisa foi de R\$ 3 bilhões. Em 2010, o montante alcançou R\$ 5,5 bilhões. Em 2014, perto de R\$ 6 bilhões. Em 2017, despencou para R\$ 3 bilhões, tendências que se repetiu, com reduções em 2018 e 2019.”

Diante da crise econômica mundial, a posição do Brasil enquanto economia dependente, que tem a frente a partir de 2016 governos ultraliberais, é muito clara. A ordem é desonerar as receitas do Estado, aumentar a parcela do fundo público para o capital e gerar novos espaços de mercantilização para este, de modo a retomar suas taxas de lucros. É nítido que os ataques neoliberais ao ensino superior são estratégias para privatização das universidades públicas do país. O “Future-se”, os cortes orçamentários recentes e a edição de decretos e medidas provisórias que afrontam a autonomia universitária parecem ser os primeiros passos para esse projeto privatizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os rebatimentos da crise capitalista mundial assumem particularidades na nossa economia de tipo dependente a partir de 2015. O capital em crise exige a instauração de uma nova fase do neoliberalismo, de caráter mais ortodoxo, que lhe dê condições de recuperar suas taxas de lucros. Esse processo é marcado pela expropriação de direitos e desmonte das políticas e conquistas civilizatórias que nos restavam em nome de uma intensa e irresponsável política de ajuste fiscal.

Como reflexo desse processo, as universidades públicas vivenciam uma crise que extrapola as dimensões orçamentárias e encontra particularidades no campo do conservadorismo e negacionismo em que se sustenta o atual Governo.

Esse contexto adverso expõe a urgência de inserir a defesa da educação pública na agenda de lutas unificadas da classe trabalhadora, pois o desmonte dessa política é parte do processo de expropriação dos direitos sociais promovido pelo Estado a favor do capital.

Estudantes, professores, trabalhadores e defensores da educação pública têm demonstrado potencial para liderar grandes mobilizações de rua. No entanto, é preciso estar atento que essas

mobilizações não devem acontecer de forma isolada e fragmentada, elas têm que se inscrever num processo de lutas coletivas e conquista da adesão popular. Embora as greves e paralizações despertadas recentemente pelo Brasil sejam importantes, as reivindicações não podem ser particularizadas no campo dos cortes orçamentários para o ensino superior ou defesa da autonomia universitária, elas devem perpassar essa dimensão e envolver a defesa da educação em todos os níveis de ensino na perspectiva de sua real democratização. Este processo, por sua vez, exige mudanças estruturais na sociedade brasileira, que só podem ser modificadas através de uma luta coletiva na perspectiva de uma emancipação que supere as dimensões políticas e caminhe para emancipação humana dos sujeitos (MARX, 2010).

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo:** análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-repor>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- BEHRING, E.R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSHETTI, I (org.). **Expropriação de direito no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BEHRING, E.R. Ajuste fiscal permanente e contrarreforma no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, E; BEHRING, E; LIMA, R.L (org.). **Crise do capital e fundo público:** implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.
- BOSHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSHETTI, I (org.). **Expropriação de direito no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- GIOVANAZ, D. Instituições reagem à nomeação arbitrária de 19 reitores e marcam ato para esta terça. **Brasil de fato**, 07. dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/07/instituicoes-reagem-a-nomeacao-arbitraria-de-19-reitores-e-marcam-ato-para-esta-terca>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- CARCANHOLO, M.D. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E, et. al. (orgs.). **Dimensões da crise brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. 1. ed. Fortaleza: Ed. UECE; Bauru: Canal 6, 2018.
- DEMIER, F. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada. Rio de Janeiro, MAUAD X, 2017.
- FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários. **IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileira, 2014**. Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES-2014.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários. **V pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileira, 2018**. Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GOMES, C. Porque o golpe acontece. In: JINKINGS, I; DORIA, K e CLETO, M. (org.). **Porque gritamos golpe**, São Paulo: Boitempo, 2016.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LUPATANI, M. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social**: de um prussiano. 1. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, E; MANZANO, F. Contingenciamentos vão afetar aulas a partir de agosto, dizem universidades. **G1**, 17 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/17/cortes-na-educacao-va-afetar-aulas-a-partir-de-agosto-dizem-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 23 ago. 2019.

OLIVEIRA, R. Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. **El país Brasil**, 6 mai. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html. Acesso em: 18 ago. 2019.

PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

ROSSI, P; DWECK, E. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 2016. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, et al. (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.